



Bologna, o contexto local e as possibilidades para um projeto de Cidade Educadora para as crianças^{1 2}

Bologna, the local context and the possibilities for an Educating City project for children

 **Maria Aparecida Antero Correia**

Doutora em Educação

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Rolim de Moura, Rondônia, Brasil

cidinha.antero@unir.br

Resumo: Este artigo tem o objetivo de apresentar aspectos da experiência histórica, social e educadora da cidade de Bologna, da Região da Emilia-Romagna, na Itália. A partir do resgate de sua história e de sua organização que privilegiou, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, a participação democrática e uma gestão descentralizada, a proposta de Cidade Educadora é apresentada. Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa com análise documental e revisão teórica. A conclusão é de que o contexto social da cidade é propício para discussão democrática e influencia as discussões sobre sua definição como Cidade Educadora, com projetos e eventos em redes de formação educacional, cultural e social. Ao se reconhecer como Cidade Educadora, ela reafirma sua tradição como local de participação social, importante para pensar o espaço urbano para as crianças e as possibilidades de participação efetiva nas discussões dos temas que as afetam em seu cotidiano.

Palavras chave: Cidade Educadora; participação democrática; Bologna; participação das crianças; direito à cidade.

Abstract: This article aims to present aspects of the historical, social, and educational experience of the city of Bologna, in the Emilia-Romagna Region, Italy. From the recovery of its history and its organization, mainly after the Second World War, which favored democratic participation and decentralized management, the proposal of Educating City is presented. This is a qualitative study with document analysis and theoretical review. The conclusion is that the city's social context is propitious to democratic discussion and influences discussions about its definition as an Educating City, with projects and events in educational, cultural, and social training networks. By recognizing itself as an Educating City, it reaffirms its tradition as a place of social participation, important for thinking about the urban space for children and possibilities for effective participation in discussions of themes that affect them in their daily lives.

Keywords: Educating City; Democratic participation; Bologna; Children's participation; Right to the city.

Cite como

(ABNT NBR 6023:2018)

CORREIA, Maria Aparecida Antero. Bologna, o contexto local e as possibilidades para um projeto de Cidade Educadora para as crianças. *Dialogia*, São Paulo, n. 48, p. 1-22, e24476, jan./abr. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/48.2024.24476>

American Psychological Association (APA)

CORREIA, M. A. A. (2024, jan./abr.). Bologna, o contexto local e as possibilidades para um projeto de Cidade Educadora para as crianças. *Dialogia*, São Paulo, 48, p. 1-22, e24476. <https://doi.org/10.5585/48.2024.24476>

¹ Parte deste trabalho está na tese de Doutorado “A educação da criança pequena na região da Emilia-Romagna na Itália: um estudo sobre organização, gestão e financiamento, defendida na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo em 2021.

² O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

1 Introdução

Um turista desavisado, que pense que a Região³ da Emilia-Romagna, no Norte da Itália, tem apenas os melhores produtos típicos italianos, pode desconhecer os processos sociais que aconteceram nessa parte da Planície Padana, que circunda toda a extensão de oeste a leste do Rio Pó. É a região que, pelos italianos, é denominada de Regione Rossa (Região Vermelha), o cinturão vermelho da Itália, pelo simbolismo e pela influência que os movimentos de esquerda tiveram, principalmente, após o fim da Segunda Guerra Mundial, especialmente o Partido Comunista Italiano (PCI).

A capital da região, Bologna⁴, por exemplo, presenciou por longos períodos depois da Guerra a ascensão eleitoral de vários administradores de esquerda, em particular do PCI, como Giuseppe Dozza, de 1945 a 1966; Guido Fanti, de 1966 a 1970; e Renato Zangheri, de 1970 a 1983, que construíram uma forte ligação entre a política, a sociedade civil, os partidos e a administração local (Corradi *et al.*, 2018).

Nesse território, a história de tradicional mobilização social fez um exemplo de participação que reflete em seu sistema educacional para a criança de zero a 6 anos e em suas pedagogias das infâncias (Correia, 2021). Algumas vezes esquecida – diante do brilho e do fascínio internacional que outra cidade da região, Reggio Emilia, exerce sobre profissionais e pesquisadores por sua abordagem pedagógica (Reggio Approach) –, a cidade de Bologna, que abriga a mais antiga universidade da Europa, construiu-se como um dos territórios mais democráticos e participativos da região, dentro de um contexto que foi de fundamental importância para o desenvolvimento, também nessa grande cidade, de uma visão e proposta educacional para a criança pequena, que tem profundas raízes na resistência ao Fascismo e na defesa da democracia (Correia, 2021).

Na Emilia-Romagna, os serviços educativos – como é chamada a combinação de creches (*nidi d'infanzia*) com os *servizi integrativi* (estruturas diferenciadas para atendimento das crianças de zero a 3 anos) e as *scuole dell'infanzia* (as pré-escolas para crianças de 3 a 6 anos) – são bens comunitários que necessitam de cuidado contínuo, investimentos econômicos e culturais, escolhas políticas, administrativas e pedagógicas. São locais ideais para a miscigenação social e contribuíram para a criação de uma sociedade mais avançada no que diz respeito aos direitos de cidadania (Campioni; Marchesi, 2018).

³ A divisão política e administrativa da Itália prevê a existência de 20 regiões que têm certa autonomia administrativa. Fazem parte das regiões as províncias, que por sua vez se desdobram em *comuni* (*comune*, no singular), que são as menores unidades administrativas, comparadas aos municípios brasileiros. O ente nacional é o *Stato*, que trataremos neste trabalho como Governo Central.

⁴ Utilizamos a grafia italiana para referência à cidade, bem como para sua definição como *Comune*, não traduzindo para a língua portuguesa como Prefeitura ou Município.

No entanto, mais do que oferecer vagas ou práticas pedagógicas avançadas no campo da Educação Infantil, o sistema dessa região incorpora as perspectivas de participação social, um diferencial desse território italiano, que levou o cientista político Putnam (2005) a descrevê-lo como a região onde mais se destaca a atuação de uma comunidade cívica, representada pela grande participação social e política de sua população. Distingue-se também em outros aspectos, decorrentes de diversificadas influências: sua localização geográfica, sua conformação histórica, a formação de seu povo, as administrações de esquerda ou ainda as tradições regionais próprias daquele território. A descrição de Putnam (2005, p. 127-128, grifos do original) traduz a ideia dialética de uma região que mantém sua tradição e ao mesmo tempo se moderniza:

A Emilia-Romagna, a região mais cívica de todas, está longe de ser uma “comunidade” no sentido clássico – a aldeia intimista idealizada pela memória popular. Ao contrário, a Emilia-Romagna é uma das sociedades mais modernas, dinâmicas, abastadas e tecnologicamente desenvolvidas da face da terra. E, no entanto, abriga uma extraordinária concentração de redes de solidariedade social e uma população dotada de um espírito público extraordinariamente desenvolvido – um verdadeiro complexo de comunidades cívicas. A Emilia-Romagna não é habitada por anjos, mas, dentro de suas fronteiras (e também nas regiões vizinhas do Centro-Norte da Itália), todo tipo de ação coletiva, inclusive o governo, é facilitada por normas e sistemas de engajamento cívico. [...] tais normas e sistemas estão profundamente arraigados nas tradições regionais, mas seria absurdo classificar a Emilia-Romagna como uma sociedade “tradicional”.

Um exemplo atual é a organização descentralizada de Bologna em bairros (*quartieri*) que elegem um presidente e os Consigli di Quartieri (Conselhos de Bairros), que constituíram a identidade da cidade com uma forma de administração descentralizada (Corradi *et al.*, 2018), com amplas funções administrativas em 6 *quartieri* (bairros): Borgo Panigale-Reno, San Donato-San Vitale, Savena, Navile, Porto-Saragozza, Santo Stefano.

De acordo com a proposta de descentralização, no campo educacional, o setor de educação da prefeitura planejava, regulamentava e coordenava os serviços de suporte e a coordenação pedagógica, e a grande maioria dos pedagogistas ficava nos *quartieri* e executava suas tarefas com ampla autonomia.

Segundo o Comune di Bologna (2023a, tradução nossa),

o nascimento do “bairro cidadão”, assim conhecido hoje, ou centro político e propositivo local, é fruto de um longo processo nascido pela exigência de uniformizar as diversidades presentes em uma cidade fortemente em crescimento. A posterior aplicação e o parcial envolvimento dos cidadãos nas escolhas propositivas foram as mudanças necessárias para tornar esse instrumento eficaz e útil para as comunidades locais.

Esses conselhos podem ser considerados uma herança que remonta a tempos mais distantes, mas, na história contemporânea, têm referência na criação, no pós-guerra, dos *consigli*

comunalì (conselhos *comunalì*), experiências em que a população se reunia para reconstruir cidades e fábricas. Os *consigli* são uma espécie de assembleias democráticas populares que tinham como ponto central de discussão a reconstrução e que almejavam uma sociedade mais justa, com liberdade e progresso (Ferri, 1974).

No campo pedagógico, aliando a gestão do Comune com as perspectivas políticas dos partidos de esquerda, a escolha educativa de Bologna, no período de 1960 a 1965, foi fruto de “[...] uma orientação política voltada para a formação de homens autônomos, livres, criativos, segundo os princípios marxianos” (Corradi *et al.*, 2018, p. 101, tradução nossa).

Nesse período, os partidos de esquerda estavam em ascensão na Itália, principalmente o PCI, que direcionou sua atuação para ações locais, porque “entre a vida dos partidos e as administrações locais de esquerda havia uma importante simetria” (Corradi *et al.*, 2018, p. 96, tradução nossa).

No caso das pré-escolas, as características de Bologna vêm de uma identidade que tem como base mais a pluralidade didática do que um modelo, e que persiste até os dias atuais (Corradi *et al.*, 2018). Ainda de acordo com os autores, depois da Segunda Guerra, Bologna contribuiu para que o Governo Central italiano publicasse novas leis para as escolas e para que a região da Emilia-Romagna se tornasse um laboratório de ideias e competências para a família e a infância desde os primeiros anos de vida. Na cidade, a conjuntura é de intensa atividade de inovação sobre questões sociais e educacionais, com um direcionamento que “alia as escolhas políticas e a pesquisa pedagógica em associação que encontra nesta época uma positividade típica das fases pioneiras” (Corradi *et al.*, 2018, p. 93, tradução nossa).

Nesse aspecto, Bologna cumpre um dos principais desígnios que uma Cidade Educadora pode ter: a participação social e democrática, consoante com uma visão de Cidade Educadora que se constitui em uma “ideia-força”, concepção apresentada por Moraes (2009, p. 168), que “caminha na direção da horizontalização das relações entre Estado e sociedade civil”.

Outro importante instrumento de democracia direta da cidade é o Orçamento Participativo, que envolve os cidadãos na identificação, na criação e na eleição de propostas para o seu próprio bairro, e os projetos mais bem votados são financiados e realizados. Em 2023, em sua quarta edição, serão investidos 3 milhões de euros, 500 mil para cada bairro (Comune di Bologna, 2023b).

Considerando as especificidades das infâncias e a forma de expressão das crianças por meio do brincar, uma cidade que adota as perspectivas da Cidade Educadora pode ser um diferencial para esse público, para além da oferta de vagas em instituições escolares. É o que também afirma Tonucci (2016), um grande teórico italiano da perspectiva da cidade voltada para as crianças:

Para todos os estudiosos da infância e do desenvolvimento infantil, a brincadeira é a experiência mais importante na vida de um homem e de uma mulher. Ao longo da vida, todo o cimento sobre o qual se constroem nossa formação e nossa cultura, foi adquirido nos primeiros anos de vida, brincando.

Portanto, o crescimento de projetos que têm como base as concepções da Cidade Educadora impõe a importância de pensar os espaços urbanos para todos os cidadãos. No entanto, diante das especificidades das infâncias e das crianças, faz-se necessário compreender sua participação nesses territórios e o modo como suas necessidades de proteção, provisão e participação estão sendo contempladas, pois

[...] uma cidade que procura ser adequada para crianças é uma cidade onde todos viverão melhor. A criança, expressando suas necessidades, representa bem as necessidades de todos os cidadãos, desde os mais fracos, aqueles e aquelas com deficiências, os idosos. Por essa razão, pode se tornar o paradigma para uma nova filosofia de governo da cidade (Tonucci, 2020, p. 247).

Nenhuma proposta de política ou de linha de administração pública está descolada de seu contexto ou do espírito de seu tempo. E foi essa perspectiva e as condições materiais objetivas que delinearão as políticas de Bologna e sua vertente para atuar como Cidade Educadora, que, do ponto de vista das infâncias, pode ser entendida dentro da perspectiva de projetos com crianças e cidades com crianças, que apresentam possibilidades de atuação e discussão das infâncias nos cenários urbanos (Vicente, 2018).

A cidade de Bologna faz parte da Associação Internacional de Cidades Educadoras (AICE), que existe desde 1994, em decorrência da realização, em 1990, do Congresso Internacional das Cidades Educadoras, em Barcelona. Os ideais da organização têm como base uma vasta legislação internacional garantidora dos direitos de cidadania: Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948; Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, de 1965; Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, de 1966; Convenção sobre os Direitos da Criança, de 1989; Declaração Mundial sobre Educação para Todos, de 1990; 4.^a Conferência Mundial sobre a Mulher, celebrada em Pequim, em 1995; Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, de 2001; Carta Mundial pelo Direito à Cidade, de 2005; Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, de 2006; Acordo de Paris sobre o Clima, de 2015; e Agenda 2030 sobre o Desenvolvimento Sustentável, de 2015. A Associação conta com 35 países e 494 cidades associadas ao redor do mundo (AICE, 2023).

Cabe ainda mencionar a visão avançada sobre a educação e sua relação com a cidade; e o destaque da participação social, presente na Carta das Cidades Educadoras, resultado da discussão

de um grupo de cidades representadas por seus governos locais, que pactuou o objetivo comum de trabalhar com foco nas melhorias das condições de vida de seus habitantes:

A Cidade Educadora tem de exercitar e desenvolver a sua função educadora em paralelo com as tradicionais (econômica, social, política e de prestação de serviços), com o olhar posto na formação, promoção e desenvolvimento de todas as pessoas de qualquer idade para responder às suas necessidades formativas de modo permanente e em todos os aspectos da vida. A educação começa na infância, mas nunca termina e jamais se reduz à formação laboral ou profissional. Uma educação ao longo da vida que tenta mobilizar as consciências para conciliar a liberdade com a responsabilidade, despertando o sentido da interdependência entre as pessoas e a natureza como forma de habitar a cidade e o planeta; fomentando a reflexão e o pensamento crítico, a capacidade de compreender problemas complexos; incentivando a participação corresponsável na formulação e desenvolvimento de políticas; imaginando e promovendo modos de vida que não impliquem a destruição do território ou favoreçam a desigualdade entre as pessoas (AICE, 2020).

No âmbito das propostas de Cidades Educadoras, a cidade de Bologna desenvolve o projeto Bologna Città Educativa, que reflete o ideal de sociedade que perpassa todas as relações sociais no Comune. Desenvolvido em colaboração com a Universidade de Bologna, o projeto pretende valorizar as diversas realidades culturais existentes e assegurar a discussão e a cooperação entre os funcionários e o favorecimento da integração entre os diversos setores formativos do território *bolognesi* e metropolitano para facilitar a otimização dos diversos recursos. Do ponto de vista pedagógico e formativo, o projeto propõe-se a favorecer a cidadania ativa, desenvolver o sentido de pertencimento sociocultural na cidade, experimentar formas avançadas de educação permanente e promover experiências públicas de reflexão sobre metodologias e experiências formativas. É constituído por uma rede de instituições educativas difundidas pelo território metropolitano (Comune di Bologna, 2023c).

Na intersecção entre os recentes objetivos da Cidade Educadora e um histórico rico de educação de qualidade para a criança pequena, Bologna coloca-se em destaque na atual conjuntura italiana e nas propostas educacionais. Ao relatar a experiência de Bologna, pretende-se, de certa forma, fazer justiça à contribuição que a cidade tem na delimitação da Emilia-Romagna como região de Educação Infantil de qualidade. É uma cidade que colhe o resultado de séculos de organização diferenciada nas relações com sua população, uma Cidade Educadora que contribui para uma Região Educadora.

Nesse quadro insere-se este artigo, que está dividido em 4 seções, incluindo esta introdução. Na segunda seção discorre-se sobre o contexto histórico, político e social da cidade de Bologna que é relacionado com suas progressivas propostas de educação da criança pequena – e sua histórica vinculação com as propostas de esquerda. Os aspectos da Cidade Educadora são

desenvolvidos a partir da análise do projeto Bologna Città Educativa. Ao final, tecem-se algumas considerações que podem ajudar na continuidade de pesquisas e problematizações sobre o tema.

2 Contexto local: a democracia como valor fundamental da cidade

Logo após a Segunda Guerra Mundial, a Itália conviveu com três grandes forças políticas: o PCI, a Democracia Cristã (DC) e o Partido Socialista Italiano (PSI). A DC governou o país durante muitos anos e coligou-se ao PSI de 1963 a 1976, o que deu início a uma política caracterizada como de centro-esquerda. Já o PCI, apesar de não ter entrado no Governo Central, em 1976 fez parte da base de apoio do governo da DC, nos chamados governos de solidariedade nacional (Matos, 2017).

Os comunistas e o movimento operário, historicamente, foram fundamentais para a criação de uma nova forma de fazer política, principalmente no Norte, com consciência crítica e organização, conforme relata Maciel (1996, p. 62):

A ocupação pela Resistência das fábricas do Norte nos três últimos anos da Segunda Guerra Mundial tinha gerado as primeiras sementes de participação e gestão dos trabalhadores no processo produtivo. Essa experiência, como também a da administração municipal de algumas cidades da região naquele pequeno período contribuiu para a capacidade de organização e para o alto grau de consciência política que é a marca característica do movimento operário italiano.

Segundo Bernardinis (2013), a estratégia do PCI de 1943 a 1947 foi de ampla colaboração com outras forças antifascistas. Mas, do ponto de vista eleitoral, a DC foi a grande vencedora, o que fazia com que socialistas e comunistas ficassem na oposição.

Mesmo sendo oposição, o PCI pode ser considerado um instrumento democratizante da sociedade italiana, pois “introduziu elementos ausentes na cultura política italiana, e, sobretudo, quebrou a histórica passividade das massas, tornando-as protagonistas de grandes lutas coletivas” (Bernardinis, 2013, p. 73-74). Para a autora, o PCI cumpriu a tarefa que em outros países europeus coube aos social-democratas, radicalizou a democracia e ampliou os direitos na Itália.

Na impossibilidade de realizar de imediato o socialismo, como partido de oposição, passou a defender as conquistas democráticas e a organizar grandes campanhas pela promoção de direitos trabalhistas, civis e sociais, mesmo inserido em uma democracia burguesa (Bernardinis, 2013).

Foi com essa estratégia que o PCI passou a disputar, ganhar e ocupar as administrações de várias regiões, principalmente do Centro e do Norte italianos. No entanto, com as crises das décadas de 1980 e 1990, surgiram novos partidos, enquanto outros ganharam mais relevância no cenário político nacional. Também com a crise mundial das esquerdas, o partido acaba por se

desintegrar em 1991. Na atualidade, existe um movimento de crescimento dos partidos de direita e extrema direita na Itália e uma diminuição de partidos e de votos nos partidos identificados como de esquerda. Nas eleições de março de 2018, segundo o Istituto Cattaneo (2018), nas quatro regiões com histórico de influência de partidos de esquerda e centro-esquerda (Emilia-Romagna, Toscana, Umbria e Marche), em relação a 1948, esses partidos perderam quase 30 pontos percentuais nas votações, passando de 59,2% a 30,1%.

Mas o legado de décadas de governos progressistas desde o final da Segunda Guerra Mundial, com a criação de instituições de participação democrática, tornou-se o diferencial de várias regiões e cidades, dentre elas, o Comune di Bologna. Nessa cidade, considerada a mais progressista da região, o processo de escolha por parte dos pais do local em que o filho seria matriculado manteve aspectos democráticos: em cada *quartiere* eram organizados encontros para apresentação das modalidades de acesso. Os pais também podiam fazer uma visita aos locais no *open day*, para conhecer as estruturas que faziam parte do sistema. Como se pode observar, autonomia, participação e democracia são pontos presentes na gestão dos serviços.

Em 2016, os bairros Borgo Panigale-Reno, San Donato-San Vitale, Savena, Navile, Porto-Saragozza e Santo Stefano passaram por uma reforma e são hoje considerados articulações territoriais do aparato do Comune, mediadores entre as instâncias da cidadania e os órgãos de governo. De acordo com Foschi (2018, tradução nossa), com a nova lei,

se quer seguir um modelo cultural que aproxima a política e a administração da cidadania: na prática, através de um ciclo de encontros realizados nos laboratórios dos bairros, todos são convidados a elaborar um projeto sobre diversas áreas e a apresentar uma proposta formal, submetida ao voto dos cidadãos.

No novo desenho de gestão dos serviços para a infância, os bairros mantiveram as ações relacionadas à gestão do acesso, incluindo procedimentos de inscrição e repasse de informações aos cidadãos. No entanto, mais do que apenas gerir o acesso, os “*quartieri* foram chamados a realizar um papel de interface entre os serviços e a comunidade, no qual devem estimular a participação” (Neri, 2015, p. 20, tradução nossa).

Bologna continua avançando em aspectos participativos e está de acordo com visões atuais sobre a necessidade de envolver a população em discussões locais nas cidades, já que, no contexto de mudanças ocorridas na cidade contemporânea nas últimas décadas, os bairros e a participação da população são de fundamental importância:

De entre os progressos que muitos movimentos de cidadãos implementaram junto dos seus governos, destacam-se a revalorização do ambiente urbano, a qualidade de vida nos bairros ou a criação de novas centralidades urbanas. Assim, melhora-se a cidadania democrática, a concertação e participação em planos e projectos e contribui-se para o reforço dos governos locais na política urbana; e, a culminar, recria-se o conceito de cidadão como sujeito da política urbana em permanente renovação através da sua atitude participativa (Pozo, 2013, p. 27-28).

Em contextos de ascensão de movimentos autoritários que bloqueiam e desvalorizam a participação social como fonte de construção de uma sociedade mais justa, instrumentos de participação e qualificação social como os construídos pela região são fundamentais para a garantia de direitos e de bem-estar social. É essencial também a adesão de Bologna às premissas da Cidade Educadora e à discussão em rede, que pode valorizar a democracia com um valor universal imprescindível para a sociedade contemporânea.

3 Elementos de Bologna como Cidade Educadora

De acordo com Tagliati (2008, p. 89, tradução nossa), na Itália, em nível nacional, a instituição da ideia de Cidade Educadora teve como ponto central as primeiras medidas aprovadas em 1997 com o Plano de Ação do Governo Italiano para a Infância e Adolescência, que constituiu primeiras medidas legislativas e culturais, com o princípio inspirador de “estabelecer uma estratégia global para o desenvolvimento de sujeitos em idade evolutiva, com uma abordagem integrada que assegure uma estreita colaboração entre o governo central e os entes locais”.

A Lei 285/1997 (Itália, 1997), que trata de disposições para a promoção dos direitos e oportunidades para a infância e adolescência, contribuiu para difundir uma cultura de promoção de direitos em Bologna com projetos inovadores, como serviços educativos no tempo livre durante o período de suspensão de aulas com laboratórios de arte, música, brincadeira, além de projetos de apoio à relação entre pais e filhos (Comune di Bologna, 2008).

Outro marco legislativo nacional importante foi a aprovação do projeto em nível nacional Cidade Sustentável das Meninas e Meninos, em que se pretende promover e apoiar uma nova cultura de governo das cidades, que valorize e inicie projetos para modificar a cidade e adaptá-la, partindo do pressuposto de que, se ela é adequada para as crianças, também será majoritariamente para todos.

Em nível local, a proposta da Cidade Educadora pode ser organizada a partir de duas características principais (Tagliati, 2008, p. 90-91, tradução nossa):

- 1) A organização dos sistemas de serviços é coordenada pelos mesmos entes locais. Exemplos são os *comuni* de Bologna, de Casalecchio di Reno, de Modena, etc;
- 2) A criação de um laboratório específico da parte do ente local que coordena todas as intervenções de transformação da cidade, conhecido como laboratório “Città dei bambini” – Cidade das crianças. Um exemplo principal é o *Comune* de Fano.

Em que pese a existência das duas possibilidades, elas não são excludentes, e a autora chama a atenção para a cidade de Reggio Emilia, que adota as duas propostas concomitantemente.

Considerando que Bologna adotou a primeira possibilidade, é importante apresentar algumas características dessa alternativa: 1) intenção da parte do ente local de organizar em rede seus próprios serviços, e eventualmente os privados e privados sociais, e coordenar a intervenção sobre o território; 2) mais possibilidades de ser integrada com o uso das tecnologias, e organização representada no conceito de rede; 3) finalidade principal de coordenar a intervenção educativa na discussão com os usuários presentes no território, para usufruir dos diferentes serviços e ser objeto de um projeto pedagógico cidadão unitário; 4) sistema formativo integrado, constituído substancialmente de dois componentes: a escola em suas diversas ordens e graus e serviços extraescolares formados pelos serviços ativados pelos entes locais, do privado social ou ainda das igrejas, outras instituições sociais e famílias; 5) serviços extraescolares divididos entre monovalentes, que acolhem diferentes usuários, mas que fundamentam sua atuação principalmente sobre uma metodologia particular, e serviços polivalentes, que organizam atividades diversas em torno de um público-alvo e aulas didáticas informais, ou seja, as oportunidades educacionais não institucionais no território; 6) trabalho de coordenação do ente local consiste em duas ações principais: em primeiro lugar, fazer de um modo com que todas as agências do território, que fazem a adesão ao projeto de rede, garantam um padrão formativo programado e mantenham sua própria especificidade formativa e, em segundo lugar, monitorar a oferta formativa e eventualmente operar para que sejam ativados novos serviços, de modo a satisfazer todas as características dos usuários nas diversas necessidades formativas (Tagliati, 2008).

Tais características podem ser comparadas à perspectiva de uma Cidade Educadora, de atuação com interação – um dos principais sentidos de educação: a articulação entre as pessoas e as instituições, as associações, as empresas ou os outros grupos que podem gerar estímulo para o crescimento e para a plenitude de todos os que convivem no espaço urbano (Pozo, 2013).

Conforme relatado anteriormente, a cidade de Bologna é inovadora em suas políticas, na organização e na participação da comunidade. Também em relação às propostas relacionadas ao conceito de Cidade Educadora ela se destaca: nos anos 1980 já havia criado projetos diferenciados relacionados às questões de território. De acordo com Tagliati (2008), Bologna tem um projeto significativo do ponto de vista cronológico, porque foi idealizado e realizado a partir da segunda

metade dos anos 1970 – e sob um ponto de vista evolutivo, pois foi o primeiro ente local que investiu de modo original na relação dialética entre escola e cidade, com o projeto denominado de Scuola-Territorio.

Posteriormente, esse projeto assumiu outras formas, qualificou-se como um projeto de um território consciente de seu papel educador e transformou-se em Cidade Educadora, fortemente relacionada às especificidades do contexto social e educativo, com o entendimento de que a escola precisa passar por um drástico redimensionamento para dar a possibilidade, ao organizar e integrar as diversas ações educativas das diversas instituições dentro de um modelo formativo unitário, para a criança vivenciar um território educador (Tagliati, 2008).

O projeto citado na introdução deste trabalho, firmado entre o Comune di Bologna, promotor e coordenador, e a Universidade de Bologna agrega as faculdades de Educação; Ciências Agrárias; Letras e Filosofia; e Direito. O projeto, chamado Bologna, Città Educativa, Progetto Formazione – Territorio, foi formulado em 2008 e tem como referência normativa a adesão de Bologna à rede de Cidades Educadoras, a partir da ideia contida na Carta das Cidades Educadoras (AICE, 2020), de que as cidades devem dotar seu território de espaços, equipamentos e serviços públicos para o desenvolvimento pessoal, moral e cultural de seus habitantes, em especial as crianças e os adolescentes. A rede compõe-se por agências educativas (organizações) e de formação difundidas pelo território metropolitano. As agências educativas podem aderir ao projeto, para a troca de experiências e colaborações e a promoção de formas recíprocas de conhecimento (Comune di Bologna, 2023c).

Os parceiros do projeto devem ter reconhecida sua autonomia para modelar suas próprias metodologias didáticas e organizar as ofertas formativas. Já o Comune garante a gestão do projeto através de um comitê científico que formula as diretrizes culturais e pedagógicas do projeto, impulsiona o planejamento das iniciativas e supervisiona a atuação dos programas para assegurar a qualidade e a coerência das diversas atividades (Comune di Bologna, 2008).

Assim, a cidade que adere ao projeto atua de acordo com premissas da proposta das Cidades Educadoras, que se pauta na “ressignificação de territórios educativos, resultando no redimensionamento da prática educativa, orientada para o direito à memória e ao usufruto da cultura” (Coelho *et al.*, 2021, p. 74).

Para Tagliati (2008), esse projeto representa um avanço em relação ao projeto anterior, pois não se direciona apenas às escolas, mas integra aspectos surgidos a partir das transformações pelas quais passou a sociedade no decorrer dos anos, como a presença multicultural, as perspectivas de educação permanente, a consolidação dos entes locais e da escola pública e o debate pedagógico atual sobre competências básicas que a escola deve garantir.

O projeto apresenta seis dimensões que orientam sua execução: 1) no plano institucional, o Comune deve assumir responsabilidades específicas nas estruturas educativas tradicionais, ao mesmo tempo em que se encarrega das dimensões educativas que não se restringem apenas à escola, como formação profissional, educação de adultos, educação nos campos sociais, culturais e socio sanitários; 2) em nível europeu, a União Europeia acelerou nos últimos anos estratégias direcionadas para a coesão social, e, nesse quadro, a formação permanente facilita a circulação de pessoas no bloco e permite adquirir conhecimentos necessários para atuar na sociedade e no mercado de trabalho; 3) no plano social, é necessário pensar políticas educacionais e culturais relacionadas à diversidade trazida pelo fenômeno migratório, que incorpora na cidade grupos de diferentes identidades que compartilham o mesmo território, mas que são divididos em relação a questões culturais, religiosas, linguísticas, geracionais e de gênero; 4) no plano cultural, a demanda que surge com mais força é a educação permanente – diante da aceleração dos processos de transformação do mundo do trabalho e das ferramentas tecnológicas –, que impõe a necessidade de *lifelong learning* (aprendizagem ao longo da vida), o que leva os cidadãos a procurar todas as oportunidades que o território oferece e usufruir delas; 5) na dimensão pedagógica, as novas orientações curriculares do primeiro ciclo de ensino reiteram a necessidade de uma escola como comunidade educadora na contribuição para a formação de cada cidadão em nível cognitivo e cultural, com instrumentos capazes de lidar com a incerteza dos cenários sociais e profissionais e formar uma pessoa capaz de participar na construção de coletividades mais amplas, tanto nacionais como europeias; e 6) nos planos econômicos e produtivos, há a exigência de lhes dar um forte impulso, diante do aumento da desigualdade social e de renda, da perda de poder aquisitivo dos salários para os menos protegidos e da precariedade do trabalho que impede os jovens de criarem seus projetos de vida (Comune di Bologna, 2008).

Nesse sentido, e principalmente pensando em questões de desigualdade e exclusão que atingem os centros urbanos em todo o mundo, compartilha-se a preocupação de Vicente (2018, p. 63-64), que, com base no estudo sobre Cidades Educadoras no caso brasileiro, faz um importante alerta:

[...] as propostas da Cidade Educadora não visam apenas as crianças, propõem-se pensar a cidade na construção de espaços educadores para todos, entendendo a educação não apenas como exclusividade de um período da vida, mas como presente em todas as fases. Porém, nos trazem inquietações sobre qual é o público efetivamente atendido por tais propostas, já que, como pôde ser observado no caso brasileiro, não atinge as camadas mais carentes. Além disso, também nos coloca para refletir sobre de que maneira podemos problematizar os aspectos negativos e de desigualdade urbana, para que a cidade possa ser realmente educadora e não caiamos no engano de considerar superficial e precocemente todos os espaços como potencialmente educadores.

Ao menos nos objetivos do projeto está clara a necessidade de refletir sobre a realidade concreta em que se vive, inclusive com todas as contradições que a Europa apresenta. O projeto de Bologna tenta se direcionar para todos os cidadãos que vivem na cidade, e tem como objetivos, além de favorecer uma cidadania ativa, desenvolver um sentido de pertencimento sociocultural com a cidade; experienciar formas avançadas de educação permanente; promover experiências públicas de reflexões com metodologias e experimentações formativas; valorizar as várias realidades culturais existentes, de modo a assegurar a discussão e a cooperação entre os agentes sociais; favorecer a integração entre as várias agências formativas do território metropolitano; e facilitar a otimização dos diversos recursos (Comune di Bologna, 2023c).

As atividades são direcionadas para cinco áreas: meio ambiente; criatividade e linguagem; democracia; patrimônio; e ciências e tecnologia. A rede de Bologna está presente em todos os bairros e dela fazem parte 114 organizações, entre escolas de música, museus, escolas de língua, associações para a igualdade de gênero e apoio a pessoas com deficiência (D'Arrigo, 2018).

Pensar na ideia de Cidade Educadora é também discutir a criança como sujeito de direitos e de políticas. A cidade tem como um de seus fundamentos o respeito à Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) de 1989, ratificada em 1991 pelo governo italiano. Como parte das atividades da Jornada Internacional dos Direitos da Infância e da Adolescência, e de sua assunção como Cidade Educadora, que se desdobra na proposição *Bologna, città delle bambine e dei bambini* (Bologna, cidade das meninas e dos meninos), anualmente são realizadas atividades no mês de novembro, coordenadas pela Área de Formação e Novas Gerações do Comune de Bologna, em colaboração com organizações educativas, formativas e culturais do território.

A adoção da perspectiva de se colocar como uma cidade das crianças ocorre desde 2012. O Comune organiza as atividades educativas e culturais como um modo de tornar visíveis as oportunidades que a cidade coloca à disposição das crianças e para escutar as exigências e necessidades dos cidadãos de pouca idade (Comune di Bologna, 2021, 2022). A perspectiva é pensar nos *cittadini di oggi, non solo di domani* (cidadãos de hoje, não apenas de amanhã). Assim, o Comune, ao mesmo tempo em que cria redes e promove discussões formativas, também coordena a realização desse grande evento direcionado para a infância e a adolescência.

Uma análise da última programação do evento, ocorrido do dia 15 de novembro a 11 de dezembro de 2022, apresenta diversas atividades, como laboratórios, leituras, visitas guiadas e atividades culturais. Com o evento, também foi organizada uma semana pedagógica com iniciativas – dedicadas à reflexão pública sobre educação – para as crianças, os adolescentes e as famílias. É interessante observar essas propostas, que dialogam com a ideia de que

as crianças e jovens representam uma das categorias específicas de atores que transformam os espaços e que são por ele influenciadas, quer individual quer coletivamente. Importa por isso olhar a cidade como espaço das crianças e entender de que modo poderá tornar-se promotora da sua cidadania e participação (Trevisan *et al.*, 2022, p. 36).

São atividades direcionadas para a arte, como o laboratório de desenho do Sistema Museale di Ateneo, que se utiliza dos serviços educativos da coleção de Anatomia Comparada; ou o laboratório musical de canto, organizado pela Scuola di Musica Angelica. O evento também se propõe a ser um espaço de discussão e reflexão, com a atividade de leituras animadas para crianças a partir de 3 anos e suas famílias sobre a temática transversal “Os objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030”, organizadas pela *Prospettiva scarl e Re Mida_Bologna Terre d'Acqua, Centro di riuso creativo dei materiali di scarto aziendale*; e com a leitura em voz alta para meninos e meninas de 2 a 5 anos e seus acompanhantes, organizada pelo SET BIBLIO, sobre os direitos das crianças. Também tem destaque a visita guiada interativa e animada – organizada pela La Quadreria - ASP Città di Bologna em colaboração com o Centro per le Famiglie ASP Città di Bologna – sobre o tema de acolhimento familiar para grupos de adolescentes, para conhecer as várias formas de acolhimento e solidariedade entre as famílias da cidade (Comune di Bologna, 2022).

Os temas propostos parecem indicar a vocação de Bologna para as discussões sociais que podem ser qualificadas dentro de uma concepção de Cidade Educadora que educa além de suas funções tradicionais e exerce uma nova função com a formação para a cidadania (Gadotti, 2006). Nesse sentido, ela também pode considerada como um território de aprendizagem, como na definição apresentada por Trevisan *et al.* (2022, p. 40):

Território de Aprendizagem é o contexto sociogeográfico onde se disponibilizam modos de experiência das crianças orientados para o desenvolvimento e o bem-estar infantil e para o acesso ao conhecimento, o usufruto e a criação cultural, a diversificação da atividade lúdica e a intensificação das oportunidades de experiências e aprendizagens significativas [...]. Considera, assim, que qualquer espaço tem a potencialidade de ser um lugar de aprendizagem - museu, escola, rua, rio, campo agrícola, floresta, escada ou muro, etc. - já que todos têm em si a equipotencialidade de serem lugares de aprendizagem.

Diante da importância dos bairros para a cidade, no projeto eles são considerados protagonistas e fazem parte inclusive da coordenação – são chamados, no projeto, de *quartieri cittadini* (bairros cidadãos).

A perspectiva descrita até aqui remete a pensar sobre possibilidades inovadoras de projetos locais, como os constatados por Moss (2009, p. 424) ao visitar a Itália, onde, segundo o autor, o *comune* pode atuar “como criador de um espaço para o questionamento democrático e diálogo, a

partir do qual uma visão coletiva sobre a criança e sua relação com a comunidade é produzida, desenvolvendo a política local, a prática e o conhecimento”.

Propor a participação das crianças não apenas em atividades direcionadas para a brincadeira no sentido da diversão mas também na discussão de temas sociais que afetam a cidade pode ser uma iniciativa interessante, quiçá uma continuidade da vertente democrática e participativa da região. É o que o Comune anuncia quando da realização das atividades da Jornada Internacional dos Direitos da Infância e da Adolescência de 2021:

[...] porque o trabalho realizado e as relações estabelecidas no âmbito deste projeto, como de outras programações que a nossa Administração realizou e apoiou para acolher e responder às necessidades da comunidade, serão o ponto de partida para o relançamento de uma reflexão geral sobre temas da infância, da adolescência, da inclusão, do acolhimento e da sustentabilidade, inclusive através da escuta dos interessados diretos (Comune di Bologna, 2021, tradução nossa, grifo nosso).

Essa escuta poderia se constituir em uma possibilidade concreta de participação das crianças dentro dos projetos de Cidade Educadora? No caso da rede italiana, e, principalmente, do projeto de Bologna, esse pode ser um interessante objeto de pesquisa para aprofundamento, considerando as experiências voltadas para a educação da primeira infância, a perspectiva democrática da região onde se localiza a cidade e as possibilidades, apresentadas no trabalho, construídas pela sua administração e pela comunidade local.

4 Considerações finais

A análise do projeto de Cidade Educadora de Bologna, aliada à discussão sobre o contexto local, leva à reflexão sobre aspectos fundamentais que estão envolvidos na ocupação e na participação das cidades. As linhas gerais traçadas pelo projeto propõem uma atuação moderna e articulada entre o poder público e as agências educativas, compostas por diversos atores sociais que atuam no território e que podem de forma coordenada criar um contexto criativo e educativo para além dos muros tradicionais das escolas.

Diante das alterações econômicas e sociais e do aumento da desigualdade, bem como da desvalorização do conhecimento e da cultura historicamente construída, que afetam a Europa e outras partes do mundo, inclusive o Brasil, o desenvolvimento de tais projetos pode relançar as bases para a discussão coletiva e horizontalizada tão importante para pensar o cenário urbano.

Nesse quadro, mais do que nunca, as crianças e seus espaços nas cidades precisam ser pensados não apenas do ponto de vista da oferta formativa mas principalmente de sua participação como pequenos cidadãos que vivem e convivem entre pares e com os adultos. Essa visão

direcionada para a participação infantil, em uma região que se destacou historicamente pela visão de criança como sujeito ativo e competente, pode ser o salto de qualidade a ser conquistado pelo projeto de Cidade Educadora de Bologna.

Referências

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE CIDADES EDUCADORAS. *Carta das Cidades Educadoras*. 2020. Disponível em: <https://www.edcities.org/pt/carta-das-cidades-educadoras/> Acesso em: 26 mar. 2023.

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE CIDADES EDUCADORAS. *Lista das cidades associadas*. 2023. Disponível em: <https://www.edcities.org/pt/lista-das-cidades-associadas/>. Acesso em 26 mar. 2023.

BERNARDINIS, Silvia. *O programa econômico dos comunistas na Itália nos governos de unidade nacional (1943-1947)*. 2013. 139 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

CAMPIONI, Lorenzo; MARCHESI, Franca. Presentazione. In: CAMPIONI, Lorenzo; MARCHESI, Franca (org.). *La strada maestra*. Tracce di storia delle scuole comunali dell'infanzia nei Comuni capoluogo dell'Emilia-Romagna. Zeroseiup, 2018.

COELHO, Luciano Silveira; CAMPOS, Túlio; RIBEIRO, Sheylazarth Presciliana; CRUZ, Éder Fernando Souza. Belo Horizonte, uma cidade educadora(?): uma análise das ações e políticas públicas voltadas para a infância. *Desidades*, [S. l.], n. 30, ano 9, maio/ago. 2021.

COMUNE DI BOLOGNA. *Bologna Città Educativa*. Progetto formazione. 2008. Disponível em: http://informa.comune.bologna.it/iperbole/media/files/progetto_bologna_citt_educativa.pdf Acesso em: 26 mar. 2023.

COMUNE DI BOLOGNA. *Bologna Città educativa 18/30 novembre*. 2021. Disponível em: http://informa.comune.bologna.it/iperbole/media/files/locandina_2021.pdf Acesso em: 30 abr. 2023.

COMUNE DI BOLOGNA. *Bologna città delle bambine e dei bambini*. 2022. Disponível em: http://informa.comune.bologna.it/iperbole/media/files/locandina_bolognacittaeducativa.pdf Acesso em: 30 abr. 2023.

COMUNE DI BOLOGNA. *La politica del decentramento*. 2023a. Disponível em: <http://www.comune.bologna.it/storiaamministrativa/stories/detail/40258> Acesso em 07 maio 2023.

COMUNE DI BOLOGNA. *Bilancio partecipativo*. 2023b. Disponível em: <https://www.comune.bologna.it/partecipa/bilancio-partecipativo> Acesso em: 7 maio 2023.

COMUNE DI BOLOGNA. *Il Progetto Bologna Città Educativa*. 2023c. Disponível em: http://informa.comune.bologna.it/iperbole/media/files/progetto_bologna_citt_educativa.pdf Acesso em: 26 mar. 2023.

CORRADI, Anna P.; MANINI, Milena; MARCHESI, Franca; VASSURI, Paola. Da scuola materna a scuola dell'infanzia. Scuola e società all'origine del cambiamento. In: CAMPIONI, Lorenzo; MARCHESI, Franca (org.). *La strada maestra*. Tracce di storia delle scuole comunali dell'infanzia nei comuni capoluogo dell'Emilia-Romagna. Bologna: Zeroseiup, 2018.

CORREIA, Maria Aparecida Antero. *A educação da criança pequena na região da Emilia-Romagna na Itália: um estudo sobre organização, gestão e financiamento*. 2021. 280 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

D'ARRIGO, Angela. L'alleanza delle città educative: 17 centri italiani si riscoprono (in rete). *Corriere della Sera*. 21 jan. 2018. Disponível em: https://www.corriere.it/buone-notizie/18_gennaio_21/alleanza-citta-educative-17-centri-italiani-si-riscoprono-rete-613ad030-fed0-11e7-8f20-c3835ef8a905.shtml Acesso em: 30 abr. 2023.

FERRI, Gian Carlo. L'economia. In: CANTELLI, Franca; GUGLIELMI, Giuseppe. *L'Emilia-Romagn*. Milão: TETI, 1974.

FOSCHI, Ilaria. La scelta di Bologna: i quartieri, culle di welfare. *Secondo Welfare*. 20 jan. 2018. Disponível em: <https://www.secondowelfare.it/governi-locali/enti-locali/la-scelta-di-bologna-i-quartieri-culle-di-welfare/> Acesso em: 5 maio 2023.

GADOTTI, Moacir. A escola na cidade que educa. *Cadernos Cenpec*, [S. l.], n. 1, p. 133-139, 2006.

ISTITUTO CATTANEO. *Le chiamavano "regione rosse"*. 2018. Disponível em: <http://www.cattaneo.org/wp-content/uploads/2018/03/Analisi-Istituto-Cattaneo-Elezioni-Politiche-2018-Regioni-rosse-6-marzo-2018.pdf> Acesso em: 4 jun. 2018.

ITALIA. Lei n.º 285, de 28 de agosto de 1997. Disposizioni per la promozione di diritti e di opportunità per l'infanzia e l'adolescenza. *Gazzetta Ufficiale*. Disponível em: <https://www.gazzettaufficiale.it/eli/id/1997/09/05/097G0322/sg> Acesso em: 7 maio 2023.

MACIEL, Maria Lucia. *Milagre italiano: caos, crise e criatividade*. Brasília: Paralelo 15: Relume Dumará, 1996.

MATOS, Vera Margarida Coimbra. 3D: Ditadura, Democracia e Diplomacia. As relações luso-italianas nos anos 60 e 70 do século XX. *Estudos do Século XX*, Coimbra, n. 17, p. 200-216, 2017.

MORAES, Salette Campos. Propostas alternativas de construção de políticas públicas em educação: novas esperanças de solução para velhos problemas? *Educar*, Curitiba, n. 35, p. 165-179, 2009. <https://doi.org/10.1590/S0104-40602009000300013>

MOSS, Peter. Introduzindo a política na creche: a educação infantil como prática democrática. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 417-436, jul./set. 2009. <https://doi.org/10.1590/S0103-65642009000300007>

NERI, Stefano. I servizi per l'infanzia comunali nella crisi e il caso del Comune di Bologna. *Secondo Welfare*. 23 nov. 2015. Disponível em: <https://www.secondowelfare.it/rapporti/2r2w/capitolo-7.html> Acesso em: 6 fev. 2021.

POZO, Juan Manuel. O conceito de «cidade educadora», hoje. In: *Educação e vida urbana: 20 anos de Cidades Educadoras*. Torres Novas: [S. n.], 2013. p. 23-34.

PUTNAM, Robert. D. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2005.

TAGLIATI, Claudia. *La città educativa e le nuove tecnologie. L'integrazione scuola-territorio nella società della comunicazione*. 2008. 229 f. Tese (Doutorado de pesquisa) – Dipartimento di scienze dell'educazione G. B. Bertin, Università degli studi di Bologna, Bologna, 2008.

TONUCCI, Francesco. A criança como paradigma de uma cidade para todos. *Educação e território*. 2016. Disponível em: <https://educacaoeterritorio.org.br/reportagens/francesco-tonucci-a-crianca-como-paradigma-de-uma-cidade-para-todos/> Acesso em: 5 maio 2023.

TONUCCI, Francesco. O direito de brincar: uma necessidade para as crianças, uma potencialidade para a escola e a cidade. *Revista Práxis Educacional*, Vitória da Conquista, v. 16, n. 40, p. 234-257, jul./set. 2020.

TREVISAN, Gabriela de Pina; BENTO, Gabriela; CARVALHO, Mariana; SILVA, Cidália F.; SARMENTO, Manuel Jacinto. Infância, espaço público e participação: a abordagem do território de aprendizagem. In: GOBBI, Marcia Aparecida; ANJOS, Clariston I.; SEIXAS, Eunice C.; TOMÁS, Catarina (org.). *O direito das crianças à cidade: perspectivas desde o Brasil e Portugal*. São Paulo: FEUSP, 2022. p. 35-58.

VICENTE, Paula Martins. *Novos olhares. Uma leitura da cidade por suas crianças*. 2018. 268 f. Dissertação (Mestrado em Paisagem e Ambiente) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.